



**Universidade Federal da Bahia**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**  
**Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica**



**PIBIC**

**RELATÓRIO PARCIAL DE ATIVIDADES**

**1. IDENTIFICAÇÃO**

1.1. NOME DO BOLSISTA: Adriana Jesus Santos

1.2. NOME DO ORIENTADOR:  
Maria Helena Silveira Bonilla

1.3. PERÍODO TRABALHADO:  
Agosto de 2011 a fevereiro de 2012

1.4. TÍTULO DO PROJETO: A inserção das tecnologias digitais nos processos de formação de professores do campo

**2. EXECUÇÃO:**

**2.1**

<u>Descrição da Atividade</u>	<u>Período</u>
Levantamento e coleta de documentos relacionados ao Procampo <ul style="list-style-type: none"><li>• Edital Procampo: Resolução/CD/ FNDE Nº 6 de 17 de março de 2009</li><li>• MEC/ Secad edital Procampo: Edital de convocação Nº 9 de abril de 2009</li><li>• Prorrogação de Prazo do edital para 30 de Julho 2009</li><li>• MEC/PROCAMPO : Universidades pertencentes do Procampo 2010</li><li>• Seacd/ PROCAMPO : Extrato de edital da Secretaria de educação continuada alfabetização e diversidade(Secad)</li><li>• Diretrizes operacionais para educação básica do campo/ MEC</li></ul>	07 de agosto de 2011 a 2 janeiro de 2012
Alimentação do banco de dados do GEC <a href="http://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/GEC/RelAtividadesAdriana">http://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/GEC/RelAtividadesAdriana</a>	30 de agosto de 2011 a 23 de fevereiro de 2012
Leituras e estudos dos documentos coletados e de bibliografia sobre os temas em foco	1º de agosto de 2011 a 2 de janeiro de 2012

Levantamento de possíveis sujeitos a serem entrevistados	30 de agosto de 2011 a 1º de janeiro de 2012
<p>Elaboração dos roteiros de entrevista semi- estruturados</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Em anexo no relatório</li> </ul>	Dezembro de 2011 a Janeiro 2012
<p>Participação em eventos</p> <p><b>II Seminário de Educação do Campo e Contemporaneidade</b>, promovido pelo Grupo de Pesquisa Educação do Campo e Contemporaneidade, co-organização com o Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade- PPGEduC, realizado nos dias 22, 23 e 24 de setembro de 2010, com carga horária de 20 horas.na UNEB – Universidade do Estado da Bahia</p> <p><b>Seminário sobre Racismo Científico</b>, envolvendo a palestra História do Racismo Científico e a Compreensão Crítica das Relações Ciência, Tecnologia e Sociedade, no dia 21 de setembro de 2011, na Faculdade de Educação – UFBA, com carga horária de <b>4 horas</b>.</p> <p><b>II Encontro de Leitura e Escrita do GELING – Janela da alma: o que dizem teus olhos (II ELEGE)</b>, promovido pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Língua da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, realizado de 28.09 a 01.10.2011, com carga horária de 25 horas.</p>	Setembro de 2011
Transcrição de entrevistas realizadas com coordenadores de cursos de Licenciatura em Educação do Campo, em 2010, no âmbito do estágio de pós-doutoramento da orientadora.	Janeiro de 2012

## O que é o Procampo

O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo<sup>1</sup>) é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), que busca promover a instalação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas instituições públicas de ensino superior de todo país. Objetiva formar educadores do campo para docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais.

Este programa vem como uma resposta aos movimentos sociais, visando promover políticas públicas para o combate às desvantagens educacionais históricas enfrentadas pelas populações camponesas, respeitando as diversidades culturais.

Atualmente 33 universidades públicas, dentre as quais federais e estaduais, fazem parte do programa. O programa está presente em 19 estados brasileiros espalhados pelas cinco regiões do país. Oferta 3.358 vagas, porém com 1.618 cursistas matriculados, estando, ao todo, constituídas 56 turmas. Em cada universidade a média de assistidos pelo programa varia em 50 a 360 alunos (MEC, 2010<sup>2</sup>).

De acordo com a lógica do programa, os cursos estão estruturados em oito semestres, no sistema de alternância<sup>3</sup>, o qual, na tentativa de articular prática e teoria, subdivide-se em dois tempos: tempo- escola (período de aula na universidade), e tempo-comunidade (momento em o educador desenvolve experiências e pesquisas na escola e na comunidade). Ao todo, são 3.705 horas de formação teórica e prática, visando aumentar o tempo de escolarização das pessoas que vivem no campo.

Um dos diferenciais do Procampo é a questão da busca por um currículo multidisciplinar, abrangendo as áreas de linguagens e códigos (o aluno é formado para lecionar português, literatura e artes); ciências da natureza e matemática (matemática, química, física e biologia); ciências humanas e sociais (filosofia, sociologia, história, geografia) e ciências agrárias, sendo que o currículo do curso deve ser elaborado com o apoio da comunidade que está sendo atendida pelo programa.

Como o Procampo busca atender as populações que fazem parte do contexto educacional campestre, atualmente são considerados como camponeses: os indígenas, quilombolas, descendentes de imigrantes, assentados do Movimento Sem Terra, populações ribeirinhas, acampados e etc, ficando inviável se ter uma perspectiva histórica homogênea, em vista da heterogeneidade dos grupos étnicos. Logo, cada grupo possui a sua especificidade e seu momento formativo, por isso, é importante se pensar em políticas públicas de propostas educacionais que levem em conta essa especificidade. E de maneira nenhuma tentar fazer transplante curricular da cidade para o campo, pois isso é uma total desconsideração com o sujeito do campo e sua identidade.

A verba orçamentária cedida para cada universidade é, no limite máximo, de R\$ 240 mil por ano, e cada turma deve conter 60 alunos, pois, de acordo o edital<sup>4</sup>, a renda *per capita* deve ser de 4 mil reais por aluno ao ano. Também há uma série de restrições para o uso do dinheiro, tais como: não pode ser usado para despesas de estruturação da universidade, nem para se comprar equipamentos, ou pagar bolsa de estudos aos estudantes, dentre outras limitações.

1. Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo). Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_jfilter&Itemid=164&params\[search\\_relevance\]=procampo&params\[search\\_method\]=exact&params\[tipo\\_busca\]=null](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_jfilter&Itemid=164&params[search_relevance]=procampo&params[search_method]=exact&params[tipo_busca]=null)> Acesso em: 20/02/2012.

2. PROCAMPO/MEC. Universidades participante do Procampo 2010. 2010. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12395:apresentacao&catid=320:procampo&Itemid=673](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12395:apresentacao&catid=320:procampo&Itemid=673)> Acesso em: 20/02/2012.

3. PROCAMPO/MEC. Educadores para escolas do campo, 2008 Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=9895&catid=202:acesso](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9895&catid=202:acesso)> Acesso em: 20/02/2012.

4. PROCAMPO/MEC. Edital de Convocação Nº9, 29 de abril de 2009. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=673&id=12395&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=673&id=12395&option=com_content&view=article)> Acesso em: 24/02/2011

Apesar de todo planejamento, existem sérias dificuldades enfrentadas no processo de estruturação do programa dentro de cada universidade. De acordo com coordenadores do Procampo da Universidade Estadual do Centro Oeste do Estado do Paraná, na cidade de Guarapuava, todo ano eles precisam se empenhar em fazer documentos para concorrer ao recebimento de verba, o que significa dizer que há períodos em que eles não recebem verba. Então, o que eles fazem para manter o curso? Recorrem à reserva da universidade. Outra questão, é que devido às limitações para o uso do dinheiro, que além de ser uma quantia irrisória para a demanda das necessidades internas do curso, não possibilita, por exemplo, a compra de computadores com conexão para inclusão digital de estudantes. Nessa universidade há apenas dois computadores para toda uma turma de 60 alunos, o qual só podem acessar para pesquisa e muito rapidamente durante um curto intervalo de tempo dentre um aula e outra, como mostra o depoimento da coordenadora.

Também na Universidade Federal de Santa Catarina, de acordo com a coordenação do curso daquela instituição, a questão das tecnologias digitais não perpassam o Projeto Político Pedagógico dos cursos. Uma das dificuldades alegadas pelos coordenadores é a falta de estruturação da Secad na coordenação do programa. Também a falta de uma política unificada que garanta conexão não só para universidade, mas também para escolas nos arredores do município.

Nesse momento uma pergunta para reflexão parece propícia: que valorização da educação campesina é essa, proposta pelo MEC, visto que, apesar das tecnologias digitais estarem tão presentes no contexto contemporâneo não estão presentes nos editais do MEC voltados para educação do campo. Será que mais uma vez o campo continuará sendo visto estereotipadamente como local atrasado? Será que o MEC, por omissão na busca pela inclusão digital dos sujeitos do campo, em seus editais, estaria contribuindo para manutenção dessa ideologia? São questionamentos a serem feitos a esse órgão público.

## O CAMPO E A INCLUSÃO DIGITAL

O campo, atualmente, vem sendo tema de profundas discussões, pesquisas e estudos, e isso é fundamental, pois quanto mais discutir-se, mais a arena de soluções para as problemáticas se alargam, ou, pelo menos ficam em evidencia. As dificuldades em relação à educação do campo são enormes, e no que diz respeito ao acesso às tecnologias digitais há mais uma resistente lacuna.

Problemas, tais quais classes multisseriadas com professores sem formação adequada para atuar em tal situação, currículos incompatíveis com o contexto educacional do campo local, escolas sem estruturas físicas adequadas para desenvolvimento de atividades pedagógicas, dentre outros são frequentemente debatidos (ARROYO, MOLINA, CALDART, 2011). Mas, para além dessas questões, percebemos que o campo passa por um processo de exclusão digital. De acordo com Costa (2011):

...A exclusão digital traz apenas mais uma faceta às outras exclusões já vividas e conhecidas por essa faixa da população; por isso há a preocupação em tratar a inclusão digital como uma facilitadora de outras inclusões, e não apenas focada no uso técnico das novas ferramentas. (COSTA, 2011)

A sociedade contemporânea, de um modo geral, vive num contexto de inovações nas tecnologias digitais, o que provoca profundas mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas (LEMONS; LÉVY, 2011). Do ponto de vista social, percebemos que surgem novas formas de relacionamentos, os estabelecidos em redes sociais. No ângulo cultural, podemos destacar: novas formas de consumo, produção e distribuição de informação e conhecimento. Do ponto de vista político, podemos ver novas formas de ativismo; do ponto de vista econômico, a passagem do industrial para o informacional (LEMONS; LÉVY, 2011). Ou seja, há uma reconfiguração no modelo de globalização, mas permanece o esquecimento da população do campo. Embora haja progresso, o mundo rural, que sofreu um processo histórico de desassistência, mais uma vez é deixado à parte.

Sendo assim, é importante salientarmos que não existe inclusão digital sem educação, pois, fora dessa realidade, o indivíduo fica ligado apenas ao uso passivo e limitado dos recursos tecnológicos de informação e comunicação. (BONILLA; PRETTO, 2011, p.34). Não está nas referências Comprendemos que os processos de inclusão digital não ocorrem de fato, se acontecem fora de uma perspectiva crítica e consciente do uso dos recursos tecnológicos, que vão além de uma perspectiva massiva e controladora. O que se espera dos sujeitos a partir do viés de inclusão nos processos contemporâneos da tecnologia digital é: “que os sujeitos se articulem ativamente nas dinâmicas sociais contemporâneas, através das tecnologias, para gerar as transformações necessárias às suas demandas sociais, culturais e políticas.”(BONILLA, 2010, p.12).

Portanto, para se pensar em inclusão digital, é essencial se pensar na escola; ou seja, inclusão digital e educação são processos imbricados. Nesse contexto, a palavra educação interpreta-se no viés da escolarização. Por isso, nessa construção, faz-se fundamental se pensar em formação inicial e continuada do professor, em currículo escolar, em estrutura física da escola, ou seja, não é ter tecnologia digital na escola, mas a escola envolvida com a tecnologia digital (BONILLA; PRETTO, 2011).

As questões levantadas anteriormente, são fundamentais para serem pensadas no processo de formulação de políticas públicas para inclusão digital campestre. Faz-se necessário a implementação de políticas públicas que visem atender os interesses educacionais do campo. Políticas públicas estas que objetivem reduzir, ou até mesmo banir desigualdades sociais entre campo e cidade no que tange ao acesso e o uso das tecnologias digitais. Por isso, é necessário viabilizar esse acesso e uso nos processos educativos, atendendo suas diferenças históricas e culturais. Uma das iniciativas fundamentais é formar professores conscientes dessas problemáticas.

O desenvolvimento do ciberespaço, isto é, a nova esfera pública digital (LE MOS; LÉVY, 2011), e a necessidade da inclusão do campo nesse processo, é recorrente. Para tanto, é importante efetivar políticas públicas que atendam a demanda educacional para formação inicial e continuada de professores do campo. Este é um grande desafio para este século.

## AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

Fazendo uma análise dos Projetos Políticos Pedagógicos das universidades participantes do programa, chegamos à produção de uma tabela, que mostra a realidade dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo no que tange ao acesso às Tecnologias Digitais. O resultado mostra que das 33 universidades pertencentes ao programa, 12 fazem referência às tecnologias da informação e comunicação(TIC) no currículo, 4 não fazem referência e 17 não disponibilizam dados em rede.

### LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ÂMBITO DO PROCAMPO

APRESENTA TIC NO CURRÍCULO	DISCIPLINA	NÃO APRESENTA TIC NO CURRÍCULO	NÃO DISPONIBILIZA DADOS
UNICENTRO - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ	Mídia e sociedade 40h <b>A relação entre mídia e sociedade e suas implicações no processo educativo</b>	UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	UNEAL - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS
UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	Educação e Tecnologias Contemporâneas 68h	UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UNEB - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
IFPÁ- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	- <b>Introdução à Informática 68h</b> - <b>Física, Tecnologia e Sociedade 68h</b> -Educação em Ciência e Tecnologia 68h	UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	URCA - UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI

UFPA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA/ BAIXO TOCANTINS	<b>-Introdução à Informática 68h</b> <b>-Educação em Ciência e Tecnologia 68h</b>	UTFPR - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UNITAU - UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
FUP - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA FACULDADE DE PLANALTIMA	Oficinas de informática 30h/a = 2 créditos		UNB – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UFVJM - UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALAÉ JEQUITINHONHA MUCURI	-Informática Básica 30h -Informática e o Ensino das Ciências da Natureza e da Matemática		UFS – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
AEDE - AUTARQUIA EDUCACIONAL DE SALGUEIRO	Informática -Oficina de Informática Básica – 60h -Oficina de Informática Aplicada à Educação – 60H		UNIR - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UFRR - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	Tema contextual: <b>meios de Comunicação e Informação;</b> Área do conhecimento: <b>-ciências da computação -informática</b>		FAETEC - FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA NO RIO DE JANEIRO
AEDA - AUTARQUIA EDUCACIONAL DO ARARIPE	-Informática -Oficina de Informática Básica – 60h -Oficina de Informática Aplicada à Educação – 60H		UFPI - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
AEDAI – AUTARQUIA EDUCACIONAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA	-Informática -Oficina de Informática Básica – 60h -Oficina de Informática Aplicada à Educação – 60H		UFMA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
AESET- AUTARQUIA EDUCACIONAL SERRA TALHADA	-Informática -Oficina de Informática Básica – 60h -Oficina de Informática Aplicada à Educação – 60H		UPE - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
AESA - EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR DE ARCO VERDE	-Informática -Oficina de Informática Básica – 60h -Oficina De Informática Aplicada à Educação – 60H		UFCG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
			IFMA – INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO
			UNIMONTES - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
			UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
			UECE - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO CEARÁ
			UFMG - FEDERAL DE MINAS GERAIS

De acordo a tabela, o número de universidades que possuem a preocupação de inserir as tecnologias nos processos pedagógicos é significativo, mas ainda está muito aquém do que deve ser feito. Se de 33 Instituições de Ensino Superior (IES), apenas 12 acompanham os processos de debate de inserção das TIC na educação, esse é um dado que deixa a desejar maior atenção à inclusão digital dos sujeitos do campo.

Sobre as outras 17 IES, que não disponibilizam material em rede, não temos dados que nos indiquem que estes cursos estejam inseridos no contexto tecnológico digital. Visto que não usam desse recurso sequer para divulgar seu trabalho ou interagir com outras IES no espaço ciber em rede, é bem provável que também não insiram as TIC no currículo do curso.

É importante pensar a formação do professor campesino, instituindo políticas públicas para inclusão digital dos sujeitos do campo, tendo em vista de que este é um direito de todo cidadão brasileiro. A questão central é pensar uma formação que esteja em sintonia com a dinâmica e o movimento do mundo social atual.

### 2.3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS EFETIVAMENTE UTILIZADAS (Max. 10):

- ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagana. (Orgs.). **Por uma educação do campo**. 4ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.
- BARRETO, Raquel Goulart. Tecnologias na formação de professores: o discurso do MEC. **Educação e Pesquisa**, Dez 2003, vol.29, no.2, p. 271-286.
- BONILLA, Maria Helena. Políticas públicas para inclusão digital nas escolas. **Motrivência**, UFSC, v.34, p. 40 - 60, 2010. Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/view/17135>>.
- BONILLA, Maria Helena; PRETTO, Nelson De Luca (Orgs.). **Inclusão digital**: polêmica contemporânea. Vol. 2. Salvador: EDUFBA, 2011.
- CANÁRIO, Rui. **A escola no mundo rural**: contribuições para a construção de um objecto de estudo. *Educação, Sociedade & Cultura*, Lisboa, n.14, 2000, p. 121-139.
- COSTA, L. F. Novas tecnologias e inclusão digital: criação de um modelo de análise. In: BONILLA, M. H.; PRETTO, N. D. L. (Orgs.). **Inclusão digital**: polêmica contemporânea. Vol. 2. Salvador: EDUFBA, 2011. Cap.5, p.109 – 126.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia** : Saberes necessários à prática educativa. São Paulo:Paz e Terra,1996.
- LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.
- PRETTO, N. L. . Políticas públicas educacionais no mundo contemporâneo. **Liinc em Revista**, UFRJ, v. 2, n. 1, 2006.
- VENDRAMINI, Célia Regina. **A escola diante do multifacetado espaço rural**. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n. 01, jan./jun. 2004, p. 145-165

#### 2.4 DIFICULDADES ENCONTRADAS / CAUSAS E PROCEDIMENTOS PARA SUPERÁ-LAS:

- A princípio tive dificuldade de pesquisar nos ambientes ciber, mas depois fui aprendendo. Tive que procurar desenvolver a competência de fazer levantamento de dados, maturação de ideias, ter uma argumentação lógica e executar processos de seleção das informações. O que dentre muitas coisas, me proporcionou uma inserção com mais propriedade na cultura digital, conhecer outra perspectiva de construção do conhecimento, a realizada em rede nos espaços cibernéticos, que é muito mais colaborativa do que apenas ler um livro e fazer um pequeno resumo ou um rascunho no caderno.
- Adquiri competência para realizar pesquisa científica. Na qual a gente precisa estar sempre questionando para quê e porque estudar o tema em foco, quais são os benefícios que a pesquisa irá proporcionar, qual é a importância pessoal e cultural da pesquisa e sempre problematizar a realidade, principalmente algo que pareça natural. Na vivência com a pesquisa, eu entendi, que todo pesquisador exerce papel de um curioso, como diz Paulo Freire(1996). Mas essa curiosidade não é uma curiosidade alheia, ingênua ou do senso-comum, e sim uma curiosidade epistemológica, isto é, rigorosamente metódica, que de acordo com Freire, muda de qualidade mas não de essência. Então, nesse caso posso honrosamente me considerar uma “curiosa”.
- Apropriei-me ainda mais da vivência acadêmica, no que tange saber utilizar normas da ABNT para escrever artigos científicos, no relacionamento interpessoal com outros pesquisadores do GEC, perceber a concepção individual de cada um com relação a tecnologia digital na educação, por meio das apresentações dos seminários internos, conversas informais, leitura de artigos e livros já produzidos pelo grupo antes da minha chegada.
- Ampliei de forma significativa meu conhecimento sobre a educação do campo, formação de professores do campo, as dificuldades e as lutas do campo. Através da leitura do material selecionado para pesquisa, ida a seminário, coletando material via internet, produzindo reflexões no banco de dados do GEC, isto foi fundamental para minha formação de pedagoga.
- Aprendi a ser professora também observando a minha orientadora dando aula, a forma com a qual ela se dirige a turma, a dinâmica de ensino, ao dar liberdade para que o estudante se expresse, produza e construa seu conhecimento na interação social e em rede

#### 2.5 LISTE OS PRODUTOS GERADOS COM O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

- Início da produção de artigo, com título provisório “Tecnologia digitais e formação de Professores do campo no âmbito do Procampo.” (não estará em anexo, visto o mesmo estar em início de elaboração )
- Atualização do banco de dados do GEC

# ANEXOS

## Roteiro de entrevista Procampo

1. Como foi processo de mobilização para implantação do Procampo na universidade?
2. Já é um curso regular ou ainda está na fase piloto do projeto?
3. Como foi o processo de elaboração da proposta curricular do curso de Licenciatura em Educação do Campo?
4. Esse material está disponível na rede?
5. Houve a preocupação de inserção das TIC no currículo do curso?
6. Em caso afirmativo, como elas aparecem - de maneira inter ou transdisciplinar, ou como disciplina ? Quais as bases que fundamentam esta opção? Qual a concepção de tecnologia que fundamenta a sua inserção na proposta curricular?
7. Em caso negativo, quais os motivos dessa não inserção? Há algum trabalho de mobilização por parte da direção para que os estudantes do campo tenham acesso com qualidade às TIC? De que forma isto está ocorrendo?
8. Há algum projeto que busque dar continuidade à formação do estudante em Educação e TIC, tanto do ponto de vista teórico como prático?( Essa pergunta será realizada caso haja TIC no currículo)
9. Como vem ocorrendo o processo de articulação do curso de Licenciatura em Educação do Campo com a comunidade externa? Há uma mobilização estudantil para que a comunidade campesina tenha acesso às TIC?
10. Como a coordenação do curso vê a questão das políticas dos editais? Há alguma demanda pensando tecnologia digital na educação do campo?